

# Economistas apostam em novo arrocho

\* *Técnicos da Fundação Getúlio Vargas prevêem adoção de medidas para restringir o crescimento*

\* **Rio** - O ano de 1997 começará com uma freada no ritmo de atividade da economia. A previsão consta da Carta do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) de dezembro, que sairá na próxima edição da revista *Conjuntura Econômica*, publicada pela Fundação Getúlio Vargas. Em vista disso, os técnicos do Ibre estão trabalhando com dois cenários para o próximo ano. O primeiro prevê uma restrição fiscal e o segundo, uma restrição monetária.

A restrição fiscal levaria a uma redução do déficit operacional (que inclui a correção monetária) para 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1997. Em agosto deste ano, último dado disponível, o déficit atingiu 5,3% do PIB.

Esse cenário é compatível com um crescimento da economia de 5% em 1997 e uma queda da taxa de desemprego para 5%. Os juros cairiam para 12% ao ano e a taxa de depreciação do real frente ao dólar seria de 7%. No setor externo, o déficit na balança comercial seria estabilizado em US\$ 6 bilhões e o déficit em transações correntes, em US\$ 21 bilhões. A inflação continuaria em queda, podendo fechar o ano em 6%.

**Cortes** - A redução do déficit seria obtida através da queda de despesas, a ser alcançado através de corte de pessoal, demissões voluntárias etc, "propiciado pela reforma administrativa, e da redução de desperdícios em outras áreas". O financiamento do déficit seria, ainda, auxiliado pela privatização. A

venda de estatais acarretaria para o Governo US\$ 11 bilhões, segundo as contas do Ministério do Planejamento.

Os técnicos da FGV apontam alguns problemas para o sucesso da chamada "restrição fiscal". Um deles está na dificuldade do Governo, em 1997, em aumentar sua receita através do arrocho salarial do funcionalismo (o que foi feito durante 1996). Além disso, segundo a FGV, é possível prever aumento de despesas em função do elevado nível de endividamento dos estados. "Eles estão pressionando a União por trocas e refinanciamentos de suas dívidas e por taxas de juros favorecidas", diz o texto da Carta de Conjuntura.

**Juros** - A restrição monetária, no segundo cenário, aconteceria na suposição de que a deterioração das contas externas forçasse o Governo a tomar decisões mais fortes ou de que a equipe econômica encontrasse dificuldades políticas para adotar as chamadas restrições fiscais.

Nesse caso, o Governo teria que elevar os juros e adotar medidas de restrição do crédito para conter o crescimento econômico e, por essa via, reduzir o desequilíbrio da balança comercial. Esse cenário prevê crescimento de 3% do PIB em 1997 (igual ao deste ano), taxa de desemprego de 5%, juros reais de 18% ao ano e uma desvalorização cambial de 4%. A inflação seria de 6% ao ano e o déficit da balança comercial de US\$ 4 bilhões.